

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O poder de uma sociedade unida



35 anos da volta das diretas para presidente e 30 anos do real servem para lembrar que brasileiros são capazes de feitos extraordinários quando se unem em torno de objetivos comuns

Em 2024, completam-se 35 anos da retomada das eleições diretas para o cargo de presidente da República no País e 30 anos do Plano Real. Ambos os marcos históricos revelam, inequivocamente, que a sociedade brasileira é capaz de feitos extraordinários quando decide se unir em torno de propósitos comuns; quando é capaz de reconhecer que há questões de interesse nacional que se impõem às diferenças político-ideológicas que possa haver entre os cidadãos – de resto um atributo próprio de

qualquer democracia vibrante.

Essa união dos cidadãos para reaver um direito político elementar e recuperar o valor de sua moeda, com o fim da hiperinflação, não surgiu por geração espontânea nem de longe foi obra do acaso. Tampouco derivou de diferenças essenciais entre o povo brasileiro de então – meados das décadas de 1980 e 1990, respectivamente – e o de hoje. O povo brasileiro segue o mesmo, com todas as suas potências e limitações.

O que, então, houve de diferente na mobilização da sociedade para supe-

rar um dos últimos resquícios da ditadura militar e para derrotar a inflação que havia décadas corroía a renda dos brasileiros, ampliava desigualdades e, como se não bastasse, desviava a atenção da Nação de outras questões tão ou mais graves? A resposta é simples: líderes políticos à altura dos desafios de seu tempo.

A redemocratização do País e, consequentemente, a retomada do direito de voto direto para a Presidência da República decorreram de um longo processo de negociações políticas e engajamento social que decerto teria outro desfecho não fossem a liderança e o espírito público de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, André Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, àquela época.

De igual modo, o Brasil dificilmente teria vencido a hiperinflação sem que Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso tivessem a visão digna de estadistas de que aquele problema obstava o enfrentamento de todos os outros. E não só: sem que ambos os presidentes tivessem sido capazes de montar uma equipe altamente qualificada, dadas as credenciais técnicas e republicanas de seus membros, para auxiliá-los naquela faina. Destaca-se, por fim, a capacidade de comunicação de Fernando Henrique para dialogar com todos os cidadãos em termos compreensíveis, a fim de dar-lhes a dimensão do desafio a ser enfrentado e dos sacrifícios que haveriam de ser feitos em nome daquele objetivo coletivo.

As eleições indiretas e a hiperinflação ficaram para trás e, neste ano, a sociedade tem razões de sobra para

celebrar ambas as conquistas: há eleições livres e periódicas no País e a inflação já não assombra os brasileiros como há mais de três décadas. Isso não significa, por óbvio, que não haja desafios tão ou mais prementes do que aqueles a demandar, hoje, a atenção coletiva. Desigualdades persistem em níveis obscenos, malgrado avanços pontuais nos últimos anos. A educação pública segue negligenciada, em particular o ensino básico. O medo da violência paralisa quase todos os brasileiros. A lista é longa.

O que parece não haver mais são estadistas imbuídos de um interesse genuíno de, mais uma vez, unir os brasileiros e concertar soluções para cada uma dessas mazelas. Os dois presidentes mais populares da história recente do País, Lula da Silva e Jair Bolsonaro, vivem de insuflar a cizânia entre os brasileiros, fazendo crer, cada um a seu feitio, que adversários políticos são inimigos a serem aliados do debate público. Ao contrário de unir os cidadãos em torno de propósitos comuns, tanto Lula como Bolsonaro reforçam o tribalismo – a união entre os que veem o País e o mundo pelas mesmas lentes – e a exclusão de quem pensa diferente.

Não haverá progresso enquanto novas lideranças não se erguerem inspiradas por espírito público e senso de união; e os cidadãos se deixarem seduzir pelo discurso populista, agrupando-se em identidades políticas estreitas e inflexíveis. Tanto pior no contexto em que crenças particulares, cada vez mais, se sobrepõem à verdade factual. ■

Elogio à ineficiência econômica

Nada sugere que gargalos competitivos da indústria que afetam crescimento de longo prazo serão desfeitos com nova política industrial ou outros programas que Lula apresentou

O plano “Nova Indústria Brasil”, anunciado pelo presidente Lula da Silva, diz muito ao País pelo que tem, ao reciclar velhos e malfadados vícios de governos lulopetistas, mas também pelo que não tem. Nenhuma política industrial pode ser considerada séria e eficaz se não incluir a eliminação de gargalos de infraestrutura, saneamento, formação de capital humano e ambiente de negócios. Isto é, sem atacar problemas estruturais microeconômicos que afetam o investimento, a segurança jurídica e a capacidade de crescer de forma sustentável no longo prazo. Pelo que se viu num plano carente de detalhes, tais fatores não parecem estar entre as prioridades do governo para a prometida reindustrialização do Brasil.

Exceto pela reforma tributária, que

ainda vai demorar a virar realidade pelo tempo necessário à sua regulamentação e implementação, ou pela preocupação fiscal hoje restrita à equipe econômica do ministro Fernando Haddad, pouco ou nenhum foco está direcionado a reverter a baixa eficiência econômica da indústria. Nada sugere que gargalos competitivos possam vir a ser desfeitos com a nova política industrial nem com outros programas que o governo Lula tenha apresentado até aqui.

A desidratação da indústria é evidente; e uma reindustrialização, necessária. O setor tem enfrentado dificuldades de crescimento, com uma participação cada vez menor no PIB, além de um longo período de perda de competitividade. Fora essa constatação dupla, tanto o diagnóstico quanto as soluções apresentadas pelo governo são duvidosos.

Diferentes fatores resultaram em mudanças significativas da indústria em todo o mundo, o que levou a uma tendência de novas abordagens de política industrial. Conforme um estudo que é referência no assunto, *The new economics of industrial policy* (A nova economia da política industrial), de Réka Juhász, Nathan Lane e Dani Rodrik, respectivamente professores das Universidades de Columbia, Oxford e Harvard, houve uma retomada de políticas industriais pelos países, sobretudo a partir de 2017 e mais ainda no contexto da pandemia de covid-19. Um efeito direto das agendas de descarbonização, das mudanças da globalização e de alterações nas cadeias produtivas, e na esteira de eventos disruptivos como a pandemia e o conflito Rússia-Ucrânia.

Os artifícios do plano brasileiro, no entanto, ignoram que os males de nossa indústria vêm de muito antes. A desindustrialização é mais antiga e precoce do que a dos países ricos mencionados como exemplo de políticas industriais recentes: tem ocorrido no Brasil desde meados dos anos 1990, num processo que foi se agravando já nos governos petistas anteriores. Entre 1995 e 2022, a produtividade da indústria de transformação caiu quase 1% ao ano no País, segundo a Fundação Getúlio Vargas. O sistema tributário complexo, oneroso e cumulativo, a infraestrutura deficiente, o financiamento escasso e caro, a baixa qualidade da educação e a insegurança jurídica são alguns dos fatores habitualmente

citados para explicar a desindustrialização. Essa é a microeconomia.

Há uma máxima entre economistas ortodoxos que informa: crescimento econômico decorre mesmo é da microeconomia; à macroeconomia convém “apenas” não atrapalhar. Fatores estruturais microeconômicos que desidrataram nossa indústria estão associados, entre outras coisas, ao ambiente de negócios ruim e à dificuldade do Brasil de lidar com ajustes quando são necessários. É notória a incapacidade de avaliar políticas e desfazer o que deu errado. No Brasil, tudo se transforma imediatamente em direito adquirido, assegurado pela generosa mão estatal.

Diferentemente dos exemplos dos norte-americanos, europeus e asiáticos, o Brasil tem escassez de capital humano e físico. Em geral, setores a desenvolver dependem de fatores de produção escassos, encarecendo enormemente a política. Além disso, ao Estado brasileiro falta a chamada “autonomia embutida” – conceito do sociólogo americano Peter Evans que diz respeito à capacidade do Estado de estar próximo ao setor privado e entender seus diagnósticos para destravar obstáculos sem ser capturado por interesses particulares. São atributos e condições essenciais para uma política industrial que seja efetivamente nova e boa. Sem isso, é um elogio à ineficiência econômica. ■